



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 158 /2026

Assunto: Requer informações complementares e documentação comprobatória acerca da fiscalização, controle, fornecimento e reposição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como das condições do ambiente de trabalho dos condutores de ambulância do Município.

Senhor Presidente,

Considerando a resposta encaminhada ao Requerimento nº 118/2026;

Considerando que este Vereador, no exercício da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo, realizou fiscalização in loco junto ao serviço de transporte ambulatorial, ocasião em que constatou situações relacionadas à utilização de equipamentos em condições inadequadas, insuficiência de vestuário funcional e possíveis fragilidades no controle e fiscalização dos Equipamentos de Proteção Individual;

Considerando que a própria Administração informou a existência de mecanismos de rastreabilidade, controle de entrega e auditoria relacionados aos EPIs, sem, contudo, encaminhar os documentos comprobatórios correspondentes;

Considerando que a atividade desempenhada pelos condutores de ambulância envolve exposição permanente a sangue, secreções, fluidos corporais, fezes, urina, materiais potencialmente contaminados e demais agentes biológicos inerentes aos serviços de urgência e emergência;

Considerando a necessidade de verificação da atuação da Secretaria Municipal de Saúde e do Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho – DESMT, especialmente quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras nº 6 (Equipamentos de Proteção Individual), nº 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho) e nº 32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde);



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

REQUEIRO, nos termos regimentais, que o Executivo Municipal encaminhe as seguintes informações e documentos:

I – CONTROLE, ENTREGA E REPOSIÇÃO DE EPIs

1. Encaminhar cópia das fichas individuais de entrega e controle de Equipamentos de Proteção Individual dos condutores de ambulância atualmente vinculados à Divisão de Transporte Ambulatorial e de Urgência – DTAU.

2. Informar, individualmente, a data da última entrega dos seguintes itens:

a) coturno ou bota de segurança;

b) calça operacional;

c) camiseta ou uniforme;

d) jaqueta, agasalho ou vestimenta de proteção;

e) demais equipamentos de proteção eventualmente fornecidos.

3. Informar quantos pedidos de substituição de botas, uniformes ou EPIs foram formalizados nos exercícios de 2024, 2025 e 2026.

4. Informar quantos pedidos foram atendidos, quantos permanecem pendentes e quais os respectivos prazos de atendimento.

II – FISCALIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO DESMT

5. Encaminhar cópia dos relatórios de auditoria, inspeção ou fiscalização realizados pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho – DESMT na Central de Ambulâncias e na DTAU nos últimos 12 meses.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

6. Informar quais irregularidades foram identificadas pelo DESMT nesse período.

7. Informar quais recomendações, notificações, orientações ou determinações foram expedidas pelo DESMT em relação:

- a) ao fornecimento de EPIs;
- b) à conservação dos equipamentos;
- c) à substituição de equipamentos danificados;
- d) à proteção dos trabalhadores expostos a agentes biológicos.

8. Informar quais providências foram efetivamente adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde em atendimento às recomendações emitidas pelo DESMT.

III – CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

9. Encaminhar cópia dos relatórios de inspeção das condições do ambiente utilizado pelos condutores de ambulância, especialmente quanto:

- a) às áreas de descanso;
- b) aos refeitórios;
- c) aos armários individuais;
- d) às instalações sanitárias;
- e) aos locais destinados à guarda dos EPIs;
- f) às condições de higiene, conforto e segurança ocupacional.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

10. Informar se existem apontamentos pendentes de regularização relacionados às condições do ambiente de trabalho.

11. Em caso positivo, informar quais medidas corretivas foram adotadas e quais permanecem pendentes.

IV – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

12. Informar quais servidores ou agentes públicos são formalmente responsáveis:

a) pela aquisição dos EPIs;

b) pela distribuição dos EPIs;

c) pelo controle das fichas de entrega;

d) pela fiscalização da utilização e conservação dos equipamentos;

e) pela fiscalização das condições de trabalho dos condutores.

13. Informar quais providências foram adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde após a fiscalização parlamentar que constatou a utilização de equipamentos inadequados e insuficiência de vestuário funcional.

14. Informar se houve abertura de procedimento administrativo interno para apuração das situações constatadas.

15. Caso não existam relatórios de inspeção, auditoria ou fiscalização do DESMT/SESMT referentes à Central de Ambulâncias e à Divisão de Transporte Ambulatorial e de Urgência – DTAU nos últimos 12 meses, informar os motivos da ausência de fiscalização e determinar a realização de vistoria técnica no prazo máximo de 30 (trinta) dias, encaminhando a esta Casa de Leis relatório circunstanciado contendo, no mínimo:



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

- a) avaliação das condições de fornecimento, conservação e reposição dos Equipamentos de Proteção Individual utilizados pelos condutores;
- b) avaliação das condições de higiene, segurança e conforto do ambiente de trabalho;
- c) identificação de eventuais inconformidades em relação às Normas Regulamentadoras nº 6, nº 24 e nº 32;
- d) indicação das medidas corretivas necessárias;
- e) prazo recomendado para regularização das inconformidades eventualmente constatadas;
- f) parecer técnico conclusivo do profissional responsável pela inspeção.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre de constatações realizadas durante fiscalização parlamentar in loco, no exercício da função constitucional e regimental de controle externo da Administração Pública.

A atividade desempenhada pelos condutores de ambulância envolve exposição permanente a sangue, secreções, fluidos corporais, fezes, urina, materiais contaminados e demais agentes biológicos inerentes ao atendimento de urgência e emergência, circunstância que exige observância rigorosa das normas de saúde e segurança do trabalho.

Nesse contexto, a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) estabelece a obrigação do empregador de fornecer Equipamentos de Proteção Individual adequados aos riscos da atividade, em perfeito estado de conservação e funcionamento, promovendo sua substituição imediata quando danificados ou inadequados.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

Da mesma forma, a Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) impõe medidas específicas de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde expostos a agentes biológicos, exigindo ações efetivas de prevenção, monitoramento e controle dos riscos ocupacionais.

Além da obrigação de fornecimento dos equipamentos, compete ao empregador público garantir mecanismos efetivos de fiscalização, rastreabilidade, reposição e controle, bem como assegurar ambiente de trabalho compatível com as exigências legais de saúde, higiene, conforto e segurança ocupacional.

A resposta encaminhada ao Requerimento nº 118/2026 reconhece a existência de fichas de controle, mecanismos de rastreabilidade, auditorias e atuação do DESMT. Todavia, não foram apresentados os documentos capazes de comprovar a efetiva execução dessas atividades, tampouco demonstradas as medidas concretas adotadas para correção das irregularidades constatadas durante a fiscalização parlamentar.

Especial atenção merece a atuação do Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho – DESMT, cuja atribuição institucional compreende a identificação dos riscos ocupacionais, a fiscalização do uso adequado dos EPIs, a realização de inspeções periódicas e a orientação técnica voltada à preservação da saúde dos trabalhadores.

A eventual inexistência de registros de inspeção, fiscalização ou medidas corretivas poderá indicar fragilidade dos mecanismos internos de controle, comprometendo a efetividade das políticas de prevenção de riscos ocupacionais e ampliando a exposição dos servidores a situações potencialmente nocivas.

Ressalta-se que a eventual inexistência de inspeções recentes por parte do DESMT constitui fato que, por si só, demanda esclarecimento, considerando que a atividade exercida pelos condutores de ambulância envolve exposição permanente a riscos ocupacionais relevantes. Nessa hipótese, mostra-se necessária a realização de vistoria técnica formal, com emissão de parecer conclusivo, permitindo ao Poder Legislativo verificar se as condições de trabalho, os Equipamentos de Proteção Individual e os procedimentos de segurança



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

adotados pela Administração estão em conformidade com as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Sob a ótica do controle externo, a situação demanda apuração quanto à regularidade da gestão dos recursos públicos destinados à aquisição dos equipamentos, à efetividade de sua distribuição, à atuação dos responsáveis pela segurança do trabalho e ao cumprimento das obrigações legais relacionadas à proteção dos servidores públicos municipais.

A persistência de falhas dessa natureza pode caracterizar, em tese, situação de risco sanitário institucional e dano potencial coletivo, especialmente diante da relevância e sensibilidade dos serviços prestados pelos condutores de ambulância.

Diante disso, o presente requerimento busca assegurar transparência administrativa, acesso à documentação pertinente e elementos técnicos suficientes para o adequado exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, possibilitando a verificação da conformidade da atuação administrativa com os princípios da legalidade, eficiência, prevenção e proteção ao trabalhador.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 08 de junho de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 00566/2026 08 06 2026

LIDO E APROVADO EM S.O – 09- 06-2026